

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1

FAVELAS EM FORTALEZA E MOVIMENTOS SOCIAIS: O REFLEXO DO DÉFICIT DE MORADIAS (1979-1982).

Angerlânia da Costa Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
angel_htaa@hotmail.com

A problemática favela, na capital cearense, iniciou-se desde o final do século XIX e, possivelmente, foi intensificada, a partir de algumas ações políticas de segregação e controle da população migrante e pobre de Fortaleza: os Campos de Concentração¹ em 1915, 1932 e 1942, com a finalidade de “livrar” a cidade dos imigrantes das secas, bem como, a criação da Fundação do Serviço Social de Fortaleza-FSSF e do Programa de Integrado de desfavelamento², entre 1960 e 1970. É importante salientar que a própria falta de êxito dos Campos resultou na multiplicação de favelas, pois, ao fim destes “acampamentos”, a maioria das pessoas ali isolada, não voltou às suas cidades de origem, fazendo dos espaços periféricos ou vazios de Fortaleza, a sua moradia, como no caso do antigo Arraial Moura Brasil³ e de seu bairro vizinho, o Pirambu.

Estas e outras comunidades construídas pela população remanescente dos Campos de Concentração ou de outras migrações, afinal, os efeitos perversos da ausência de políticas públicas para o interior ocasiona o ciclo vicioso do êxodo rural-urbano e provoca impactos negativos sobre o mercado de trabalho e o aumento de favelas (BERNAL, 2004), passaram a ser o alvo da posterior FSSF e do Programa Integrado de desfavelamento (BARROS, 2018). Durante a década de 1970, a Prefeitura da capital cearense tentou remover várias favelas para Conjuntos habitacionais periféricos, até o ano de 1980, entre elas, o Arraial Moura Brasil. Contudo, devido à

¹ Ver Rios (2012) e Rios (2001).

² Projeto urbano e habitacional da capital cearense, criado no início dos anos 1970, com o objetivo de extinguir trinta e duas vilas marginais das áreas centrais de Fortaleza até 1980 (FORTALEZA, 1973).

³ Chamamos Arraial Moura Brasil todas as áreas marginalizadas antes localizadas próximo ao litoral fortalezense, entre as Ruas Filomeno Gomes, na altura da Escola de Aprendizizes Marinheiros, e Barão do Rio Branco. Entre elas, citamos: o Moura Brasil (parcialmente existente nos dias atuais), a Braga Torres, o Soares Moreno, a Santa Teresinha, a Cinza e o Oitão Preto. Para o Programa de desfavelamento, o Arraial compreendia oito quadras que iam desde a Rua Padre Mororó a Rua Barão do Rio Branco (FORTALEZA, 1973).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

proliferação contínua e crescente de áreas marginalizadas e da primeira experiência de resistência contra a erradicação promovida pela Fundação de Serviço Social – o caso da favela José Bastos – surge o Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza-PROAFA, em 1979.

Este Programa surge no contexto de reformulação do Plano Nacional de Habitação Popular-PLANHAP, a partir da criação do Programa de Erradicação da Subhabitação-PROMORAR, o qual trazia uma promessa de “oferecer” moradias mais acessíveis aos trabalhadores pobres, cujo as rendas não se enquadravam na política vigente do Banco Nacional de Habitação-BNH. Diante das diversas propostas não realizadas pelo BNH, o PROMORAR, bem como sua correspondente local, a PROAFA, eram implantados como mais uma medida que pretendia resolver o problema de moradia popular no Brasil e em Fortaleza (ANTERO, 1984). Porém, na prática, a PROAFA deveria prosseguir com o trabalho e os objetivos da política anterior, o desfavelamento de comunidades precarizadas.

Entretanto, os moradores alvo desse Programa cearense passaram a se organizar e a lutar contra a extinção de seus locais de moradia, promovendo diversos movimentos sociais (reivindicações, reuniões, passeatas, denúncias etc.). Um dos principais feitos destas comunidades foi a criação da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza-FBFF⁴, em 1982, uma entidade que representava a união das lideranças comunitárias e dos moradores em prol de um objetivo comum: o direito à moradia. Desse modo, a FBFF e a PROAFA representavam os interesses dos sujeitos envolvidos nos conflitos existentes pela cidade de Fortaleza, os habitantes pobres necessitados de moradia e os governantes favoráveis ao ordenamento urbano.

Ainda que ocorressem diversos despejos e remoções no período, algumas comunidades conquistaram a permanência e a urbanização de seus locais de origem, a exemplo do Lagamar. Esta comunidade surgiu, segundo Antero (1984), dos fluxos migratórios e da chegada de famílias expulsas de outras áreas que passaram por modificações urbanísticas ou valorização imobiliária e sempre resistiu às investidas de

⁴ “Nos dias sete e oito de agosto de 1982 realizou-se no Auditório do SESI (Serviço Social da Indústria) da Barra do Ceará, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, o II Congresso de Entidades de Moradores de Bairros e Favelas de Fortaleza, onde se instituiu a FBFF”. (Ata de Fundação da FBFF, 1982).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

proprietários e de especuladores e, sobretudo, as intervenções do Estado. O crescimento demográfico e espacial da capital cearense procedeu, sobretudo, de migrantes do interior do Estado. No início da década de 1970, o estudo da Coordenadoria do Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – CODEF, estimou que havia quase 1 milhão de pessoas residindo na metrópole cearense e cerca de 206 mil habitavam em favelas (MOTA, 1979). Estes lugares marginalizados não eram ocupados apenas por retirantes, muitos trabalhadores pobres fortalezenses, também recorriam às favelas para fugir do aluguel ou para estar mais próximo de seus locais de trabalho.

As favelas nascem nesta cidade como os cogumelos da noite para o dia. E tem sido ao longo dos anos objeto tanto de manipulações político-ideológicas, tendentes a criar Canudos de asfalto, quanto de ações que mal disfarçam vocações e propósitos demagógicos. Para solucionar esse problema de evidente conteúdo humano e social, muito há o que fazer de baixo para cima (O POVO, 18/01/1980, p. 3).

A notícia acima refletia a insatisfação de parte da sociedade da capital cearense, sobretudo, os setores de renda média e alta, devido à falta de medidas mais eficientes no combate às favelas. Além disto, criticava o uso político do déficit habitacional enquanto um elemento de cooptação de eleitores. Também questionava a ineficiência do Programa Integrado de desfavelamento e da FSSF, os quais fizeram parte das estratégias urbanísticas do Governo Municipal de Fortaleza, durante quase toda a década de 1970. A proposta de ambos, “[...] fundamentava-se na necessidade de erradicação dos núcleos, através da transferência de agrupamentos humanos para outros locais, como é o caso, entre outros, dos conjuntos Rondon e Palmeiras [...]” (O POVO, 21/12/1980, p. 3), servindo para controlar e organizar a ação de expulsão dos moradores pobres dos locais valorizados e reservados a especulação imobiliária.

Várias áreas foram erradicadas e levadas a um dos Conjuntos construídos pela FSSF para receber os removidos: Alvorada, Palmeiras e Marechal Rondon. Uma das principais justificativas para a remoção destes locais era a ordenação do espaço urbano da capital, de modo a torná-lo atrativo aos turistas, pois a maioria das favelas se localizava próximo a orla marítima. Além disto, a cidade de Fortaleza precisava abrir avenidas para melhorar o seu sistema viário, a fim de se preparar para o futuro avanço do automóvel e antecipar-se a demanda viária prevista para 1990: “[...] a Aguanhambi e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

as duas novas grandes avenidas programadas para este ano integrarão o esqueleto do sistema viário exigido por Fortaleza, em 1990, segundo estimativas do Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza – PLANDIRF [...]” (O POVO, 29/01/1972, p. 1).

O Programa de desfavelamento intencionava apagar os resquícios de pobreza das áreas centrais, nobres e turísticas de Fortaleza, por eles serem considerados entraves ao desenvolvimento urbano, como também se afirmar enquanto o 3º Polo de Desenvolvimento do Nordeste – para juntar-se a Recife e Salvador. Logo, as zonas que eram ocupadas por favelas, deveriam ser esvaziadas para dar lugar a execução das obras urbanas (FORTALEZA, 1973). Desse modo, durante a década de 1970, a capital cearense despejou, removeu e erradicou muitas comunidades, sobretudo, aquelas que estavam localizadas em áreas de alto valor imobiliário, turístico, viário e urbanístico. No discurso, os administradores da cidade pretendiam e planejavam uma cidade moderna e desenvolvida, bem como uma paisagem urbana digna de ser observada, admirada e experimentada por seus visitantes e moradores.

Porém, os moradores a quem se referiam não eram os removidos destes espaços, os quais estavam limitados a aceitar ou não a ida aos locais escolhidos pelos governantes: “[...] a transferência dos favelados, nestas condições, resulta quase sempre num golpe de força, posto que em virtude da derrubada dos seus barracos, não podem permanecer ao desabrigo e aceitam qualquer solução temporária [...]” (O POVO, 21/01/1979, p. 3). Em outras palavras, sem ter outra opção de moradia e pela falta de recursos financeiros, a maioria dos despejados aceitava mudar-se aos problemáticos e distantes conjuntos habitacionais da FSSF. Uma das principais consequências desta política de desfavelamento somado ao plano habitacional do Banco Nacional de Habitacional dos militares foi o crescimento periférico de Fortaleza (BARROS, 2018).

De acordo com Tuan (2005), as antigas sociedades buscavam controlar as pessoas que fugiam dos padrões e promoviam o caos (pessoas com deficiência, pobres, vagabundos, criminosos) usando vários métodos tais como humilhação, castigos físicos, execuções, exílio (expulsão do corpo social) e reclusão (isolamento em asilos ou prisões). Na década de 1970, os aglomerados de moradores pobres eram o maior

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

incômodo para os governantes das cidades, pois, as comunidades eram vistas enquanto o lócus do caos: “[...] numerosos mocambos que ocupavam extensa área da orla marítima, na qual famílias constituídas, mas extremamente pobres, coexistiam com a prostituição e elementos delinquentes [...]” (FORTALEZA, 1974?, p. 15). Para combatê-los, as autoridades de Fortaleza ressignificaram o Exílio e a reclusão, transformando-as na prática de retirar, afastar e esconder estes habitantes, transferindo-lhes aos conjuntos habitacionais: “[...] em resumo, os pobres tinham de ficar quietos em um lugar [...]” (TUAN, 2005, p. 305).

Mas nem todos os moradores de comunidades acataram as propostas do programa de desfavelamento, em 1978, a favela José Bastos foi a primeira que ousou lutar contra a transferência para o Conjunto Palmeiras. Os conflitos ocorridos entre os habitantes deste local e a Prefeitura impulsionaram a necessidade de intervenção do Governo do Estado no caso (BARROS, 2020). A partir deste movimento, outras comunidades, como a Lagoa do Coração, favela Maceió e Placas, passaram a se organizar em prol da permanência em seus locais de origem e de melhoramentos urbanos. Nesse contexto, o Governador Virgílio Távora e sua esposa, Luísa Távora, criaram estratégias para a manutenção da política de erradicação de favelas, bem como se utilizaram de ações sociais para promover a imagem positiva de sua administração.

As passeatas, as campanhas, as idas ao Palácio do Governo foram algumas das ações dos moradores de áreas ameaçadas de erradicação. Porém, esses movimentos eram quase sempre dissolvidos pelos assistentes sociais do Estado ou por instituições privadas, resultando no despejo ou na transferência dessas comunidades⁵. Esta realidade começou a mudar quando da criação da Federação de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF), em 1982, organização que nasceu com a finalidade de ser uma “arma de luta do povo” e de denunciar “[...] a toda a população a política habitacional do Governo, desenvolvida através do BNH, e que tem executores como a Cohab, Funesce e Proafa [...]” (O POVO, 06/09/1982, p. 6). Em síntese, o papel da FBFF era defender os interesses das comunidades, sobretudo, no que se referia ao direito à moradia.

⁵ Afirmamos isto, a partir das várias matérias jornalísticas sobre famílias despejadas de comunidades.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

É importante lembrar que este período político, os anos iniciais da década de 1980, propiciou grandes mobilizações sociais, uma espécie de processo de juridicização da sociedade organizada (GOHN, 1991). Ocorrem mudanças, inclusive, na inversão do papel dos agentes e atores sociais, se antes, os movimentos eram advindos das organizações civis, destacando-se os setores ligados a Igreja Católica, no final dos anos de 1980, houve “[...] uma transferência de apoios para a sociedade política, que deixa de ser, na figura do Estado, o “inimigo aparente” dos movimentos populares.” (GOHN, 1991, p. 15). Em Fortaleza, este cenário invertido ocorre, principalmente, após a chegada de Tasso Jereissati ao governo estadual, na eleição de 1986.

A criação da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza deu-se no início do mês de agosto do ano de 1982, no 2º Congresso de Moradores de Bairros e Favelas, ocorrido no Auditório do Serviço Social da Indústria (SESI). Apesar de ter surgido apenas em 1982, a idealização desse órgão e de todos os seus objetivos nasceram há cerca de um ano antes, durante a realização do 1º Congresso de Entidades de Bairros e Favelas de Fortaleza, nos dias 28 e 29 de novembro de 1981. O evento aconteceu na Escola Apostólica de Álvaro Weyne, com a participação de cerca de 600 pessoas e a presença destaque de Jane Vasconcelos, da Coordenação Nacional do Movimento Contra a Carestia⁶, que principiou a reunião enfatizando “[...] a importância da união para os movimentos populares [...]” (O POVO, 29/11/1981, p. 10).

A proposta do I Congresso era lutar pelo “[...] abastecimento de água para todos os bairros, o congelamento dos preços dos transportes e o direito à moradia [...]” (O POVO, 29/11/1981, p. 10), lema expresso no cartaz de divulgação do Encontro. Também houve um debate coletivo sobre os principais problemas que afligiam os moradores pobres da capital, apresentados e discutidos em quatro comissões: carestia e desemprego; condições de vida nos Bairros e Favelas de Fortaleza; condições de moradia e formas de luta e organização dos moradores (O POVO, 29/11/1981, p. 10).

⁶ “O Movimento do Custo de Vida (MCV), também conhecido como Movimento Contra a Carestia (MCC), pode ser considerado um dos maiores movimentos populares que emergiram no contexto das lutas populares dos anos 1970 e 1980. Não obstante as dificuldades impostas pelo aparato repressivo do regime militar, o MCV foi capaz de mobilizar milhares de pessoas em torno das reivindicações que iam de encontro à política econômica defendida pelo governo [...] exerceu ainda a função de movimento-receptáculo de vários outros movimentos sociais que marcaram o período [...]” (MONTEIRO, 2015, p. 13).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Segundo Brandão (2001), mesmo com a intenção de criar uma entidade única, os participantes deste I Congresso só conseguiram fundar uma Comissão Pró-Federação, a qual seria responsável por organizar o II Encontro e, conseqüentemente, a FBFF.

Durante sua existência (dezembro de 1981 a agosto de 1982), a Comissão Pró-Federação não restringiu seu trabalho somente às atividades preparatórias do II Congresso, pelo contrário, ocupou espaços importantes junto às entidades de moradores e à opinião pública, desenvolvendo diversas atividades (BRANDÃO, 2001, p. 162).

Além da implantação da FBFF, a escolha dos diretores do órgão era mais uma demanda do II Congresso. Em síntese, esta Diretoria deveria eleger-se por meio de votos dos “[...] delegados escolhidos democraticamente, num processo de discussões em assembleias nas bases, ou seja, nas associações [...]”, a fim de que fosse “[...] a mais representativa possível [...]” (O POVO, 03/08/1982, p. 8). Entretanto, apesar dos participantes do Congresso terem interesses comuns, muitos tinham opiniões divergentes quanto à eleição de seus representantes. Isto, reforça a ideia de que o movimento social é um ator social coletivo, mas também um palco de disputas internas (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011):

Havia uma facção que queria a eleição durante a realização do Congresso, pelos delegados das associações de bairros, enquanto a outra preferia a escolha da primeira diretoria da Federação através do voto direto, nos bairros com a participação de todos os moradores. Ganhou a primeira, majoritária, apoiada pela Comissão executiva Pró-Federação dos Bairros e Favelas (O POVO, 08/08/1982, p. 7).

De acordo com Scherer-Warren e Lüchmann (2011), “[...] o movimento de moradia é muito fragmentado internamente. Há uma intensa competição entre o conjunto das organizações que o compõe e são frequentes as divergências e rachas [...]” (p. 147). Após a posse dos diretores da FBFF, em meio a discussões e desacordos, muitas Entidades de Bairros passaram a repudiar a Diretoria eleita, inclusive denunciando como esta conseguiu o apoio da maioria para se eleger. A denúncia referia-se ao primeiro Presidente da FBFF, Inácio Arruda⁷, o qual exerceu a mesma função na

⁷ Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda, nascido em Fortaleza, em 05/05/1957, foi líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e teve uma expressiva carreira política: Vereador, CE, Partido: PCdoB, Período: 1989 a 1991; Deputado Estadual, CE, Partido: PCdoB, Período: 1991 a 1995; Deputado Federal, CE, Partido: PCdoB, Período: 1995-1999, 1999-2003 e 2003-2007 e Senador, CE, Partido: PCdoB, Período: 2007 a 2015. Sem mandato político, atualmente, ele é Secretário da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará, desde janeiro de 2015. Antes de ser estadista, ele atuou como

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

Comissão Pró-Federação. A acusação era a de que ele teria articulado os delegados, as lideranças e muitos moradores ao seu favor, principalmente, quando incentivou a criação de mais associações comunitárias e participou diretamente na “eleição” de seus delegados.

Estes delegados deveriam cumprir a função de “[...] representante que age enquanto porta-voz das vontades de seus/suas eleitores (as) ou de acordo com as diretrizes de seu eleitorado [...]” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011, p. 176), mas, supostamente, serviram apenas para garantir votos de apoio ao Inácio Arruda. Para muitos moradores, a decisão pelo modo indireto de votação, teve “[...] o único objetivo de fazer a Comissão atual permanecer no poder, fugindo à escolha direta nas comunidades. Se isto acontecesse, os membros da Comissão sabiam que o controle da situação lhes fugiria das mãos [...]” (O POVO, 09/08/1982, p. 7). Em outras palavras, a Comissão vigente não seria eleita ou não seria de modo tão abrupto.

Um dos questionamentos usados pelo grupo que reivindicava o voto direto era o próprio exemplo da Ditadura, qual a coerência de quem defende eleições diretas para os nossos governantes e o voto indireto para a nossa Federação?, perguntava uma moradora que participou do II Congresso (O POVO, 08/08/1982, p. 7). A pergunta demonstrava o descontentamento com o resultado do pleito e a consciência de que toda eleição indireta era antidemocrática, injusta e hegemônica. Nesse caso específico, criticava-se a não participação das comunidades na escolha de seus delegados e, conseqüentemente, dos gestores da FBFF.

A Ata de Fundação da Federação já expressava a condição de cada participante no evento, “[...] os 720 delegados tinham direito a voz e voto, escolhidos em Assembleia Geral, 200 ouvintes tinham direito a voz nas comissões e 280 eram (apenas) participantes, num total de 1200 pessoas [...]”.⁸ Assim, a justificativa da Comissão Pró-Federação, para legitimar o voto indireto, era a de que estes delegados foram legal e democraticamente escolhidos para representar as bases (associações de moradores) e

Presidente da Associação de Moradores do Bairro Dias Macedo, Fortaleza, CE, em 1981; foi Secretário-Geral da Associação Interbairros de Fortaleza, CE, também em 1981; Secretário-Geral, CONAM, Brasília, DF, em 1982 e Presidente, Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, CE, entre 1982 e 1984.

⁸ Ata da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza, 1982. p. 1.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

tomar as decisões em nome de suas associações (O POVO, 08/08/1982, p. 7). Contudo, alguns dos próprios delegados acusaram a Comissão de entregarem “[...] crachás de delegados a qualquer pessoa que demonstrasse apoio pela sua posição [...] entregues ainda durante o transporte de alguns moradores de seus bairros até o local do Congresso [...]” (O POVO, 10/08/1982, p. 8).

O Presidente do Conselho de Moradores do Conjunto São Miguel e outros representantes deste local se queixaram da inexperiência em luta de bairros daqueles eleitos para compor a Diretoria, provavelmente, lamentando a não participação de ninguém da Associação do Conjunto São Miguel – bairro dos famigerados removidos da favela José Bastos – na gestão da FBFF. Esta instituição era formada da união de vários representantes de comunidades, entre eles estava a ex-líder comunitária do Lagamar, Raimunda Chaves: “[...] Eu ia para as reuniões da Federação de Bairros, tinha dia que eu chegava nove e meia, dez horas sozinha, às vezes. Eu ia, nunca perdi, nós, líderes comunitárias, falavam lá, todo mundo falava, tinha contato com outras comunidades [...]”.⁹ De acordo com sua fala, o órgão ouvia as opiniões de todos e era um espaço propício a troca de experiências entre os moradores.

Entretanto, depois da eleição de Tasso Jereissati ao cargo de Governador, no ano de 1986, a própria Raimunda Chaves afirma não ter tido mais a necessidade de fazer ações contra os projetos excludentes: “[...] E toda vida que a gente fazia passeata pra lá, que ele marcava um dia de audiência, eu tava lá, com o Gonzaga Mota. Ai quando o Tasso entrou, eu parei as passeatas [...]” (SILVA, 2019). Segundo ela, porque o governador já a havia procurado e sempre lhe ofereceu assistência antes mesmo de ter sido eleito. A antiga líder comunitária do Lagamar afirmou ainda que a luta dos moradores, em conjunto com a FBFF, era diária e interdependente: “A Federação também esteve comigo aqui na comunidade e eu estava na criação da Federação, lá no Centro. Eles vinham, davam aquelas orientações, falavam alguma coisa pra nós, que a gente pudesse conquistar, toda reunião eu tava lá” (SILVA, 2019).

⁹ Entrevista com Raimunda Chaves da Silva, 84 anos, ex-líder comunitária do Lagamar, realizada em 21 de setembro de 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

Concordando que *movimento social* é caracterizado por três aspectos: “[...] a capacidade de anunciar e sustentar um conflito, com oponentes claramente definidos; a presença de redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações; e a existência de uma identidade compartilhada [...]” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2011, p. 143), utilizarei este conceito por entender que a luta de moradores de áreas precarizadas de Fortaleza contra os excludentes projetos habitacionais, a exemplo da PROAFA, foi um reflexo do déficit de moradias e da identificação e aproximação das comunidades ao experimentarem problemas comuns: a política de desfavelamento e as péssimas condições de vida e de habitação.

A ação de resistir às investidas de remoção, é considerada um *movimento social* porque apresenta a tríade supracitada: os moradores permaneceram resistentes, durante a década de 1980, contra as tentativas de despejos e remoções da PROAFA, seu principal “inimigo”; a FBFF, as Comunidades Eclesiais de Base-CEB’s, alguns políticos de partidos de oposição, estudantes, assistentes sociais e as Associações de Moradores mantinham uma relação de ajuda mútua aos objetivos das comunidades e, por último, todos os envolvidos nesta luta se reconheciam enquanto um grupo que compartilhavam do mesmo desejo, melhorar a vida das populações periféricas da capital. Com o advento da FBFF, muitas comunidades reivindicaram seu direito à cidade, passando a contestar as ordens de despejos e a exigir mais apoio e compreensão das autoridades: “[...] ‘eles queriam pagar uma ninharia para a gente, e só metade queria aceitar o dinheiro, a outra metade não aceitou a proposta [...] a gente queria que eles arrumassem um cantim certo para gente morar. Aí, sim, ficaria melhor’ [...]” (O POVO, 07/01/1983, p. 8).

No contexto de Fortaleza, Barreira (1992) aponta que os movimentos sociais, até a década de 1960, eram ações “[...] localizadas, combativas, mas sem amplas repercussões [...] de curta temporalidade [...] de pouca expressividade [...]” (p. 21), porém, a partir dos anos de 1970, os conflitos sociais, na capital cearense, passaram a apresentar novas características: “[...] as lutas não eram mais isoladas, vinham acompanhadas de concepções e discursos sobre direitos de cidadania, não se restringiam à resolução de problemas imediatos e estavam articulados de forma mais orgânica a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

instituições como Igrejas e partidos políticos” (BARREIRA, 1992, p. 26). Todavia, o apoio dos representantes políticos era apenas mais uma força no movimento de luta contra a remoção. A Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e a Igreja Católica eram os órgãos mais lembrados pelos moradores e, em alguns momentos, assumiram o papel de principal agente mediador dos interesses dos moradores e da permanência nos seus locais de origem.

Apesar da moradia ser a maior motivação das Associações comunitárias, existiam outras reivindicações no período: “[...] água, transporte, escola, calçamento, coleta de lixo, posto de saúde e luz foram algumas das melhorias que o pessoal pediu [...]” (O POVO, 11/08/1982, p. 8), demonstrando que “[...] os movimentos têm vínculos com experiências muitas vezes fragmentadas que vão se acumulando até compor o cenário mais evidente dos conflitos [...]” (BARREIRA, 1992, p. 32). Ainda que o movimento partisse de uma heterogeneidade de opiniões, experiências, aspirações e sujeitos sociais, as ações eram organizadas a partir de uma coletividade que se reconhecia através de um objetivo comum, a habitabilidade. Afinal, só a garantia da casa não era suficiente para uma vida digna, eles também precisavam dos elementos urbanos:

A história dos bairros leva à constatação de que a luta pela obtenção de melhorias urbanas acompanha a fixação dos moradores. As lutas urbanas são constantes na vida do bairro. São as resistências contra a expulsão e as inúmeras reivindicações para a obtenção de equipamentos de infraestrutura (BARREIRA, 1992, p. 33).

O desenvolvimento da maioria das áreas periféricas da capital são consequência direta das lutas travadas entre os moradores e os mediadores contra os administradores urbanos. Os políticos e a PROAFA, como afirma a Dona Rita Emídio, “[...] tentavam, mas não tiravam, porque a gente era muito forte, ninguém tinha medo de nada [...]”¹⁰. Eles não temiam nada porque reconheciam as suas carências em comum e acreditavam que só alcançariam seus objetivos se trabalhassem coletivamente. Para tanto, era necessário cada esforço individual pela unidade, ainda que existisse divergências e tensões dentro do mesmo movimento: “[...] tinha vários grupos no movimento, não

¹⁰ Entrevista com Rita Emídio Pereira, 75 anos, participante ativa do movimento social do Lagamar, realizada em 21 de setembro de 2019.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

tinha briga porque a gente conversava antes, o padre Manfredo dizia: - não precisa de briga, cada qual faz sua parte [...]” (PEREIRA, 2019).

As ações feitas pelo antigo Programa Integrado de desfavelamento e as suas consequências foram bastante analisadas pela PROAFA, esta não pretendia cometer os mesmos erros daquele, logo, o planejamento deveria partir de alguns princípios norteadores. Um destes era o fim de insistir em remanejar as populações aos Conjuntos habitacionais construídos pela FSSF (Palmeiras, Rondon e Alvorada), pois a PROAFA entendia que a recusa dos moradores provinha das características problemáticas destes núcleos, como distância, precariedade, violência etc. Portanto, os próximos locais habitacionais deveriam: “[...] servir à cidade e ser por ela servida. Deve-se constituir em algo de que a cidade possa se orgulhar e não em algo de que a cidade se envergonhe ou seja por ela rejeitado [...]” (CEARÁ, 1980, p. 10). Ao ver o exemplo dos conjuntos Rondon, Palmeiras e Alvorada, três grandes núcleos com elevada densidade demográfica e diversos transtornos, a PROAFA apostou na construção de comunidades menores, a fim de evitar as mesmas adversidades já conhecidas:

Grandes núcleos com elevada densidade [...] poderão constituir-se em aberrações que enraízam e permanecem no corpo físico das cidades através dos anos, rejeitados por ela e transformando-se em focos gigantescos de problemas físicos e sociais que se eternizam sem soluções adequadas. Todas as experiências registradas pelo urbanismo têm apontado para estas conclusões (CEARÁ, 1980, p. 10).

A constatação do encarecimento da vida dos moradores e da rejeição deles aos conjuntos da Fundação do Serviço Social de Fortaleza fizeram surgir a “[...] necessidade de ‘estocar terrenos’, preferencialmente, aqueles ocupados pelos núcleos favelados ou nas proximidades destes, de forma a garantir a permanência de população no local de origem [...]” (CEARÁ, 1980, p. 5). Buscavam, assim, não retirar os benefícios encontrados nas comunidades: “[...] enumeram as vantagens da localização, como sendo próxima a seus locais de trabalho, escolas para as crianças, e até lazer, porque ‘dá pra ir a pé para a praia’ [...]” (O POVO, 22/09/1982, p. 8). De acordo com o relatório da PROAFA, a própria favela reflete a “[...] identificação do habitante com o contexto social-urbano escolhido [...]” (CEARÁ, 1980, p. 5). Em outras palavras, a escolha (ou a falta dela) do local de moradia relaciona-se a realidade social de cada morador.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

Eles optam ou não em morar em certas áreas devido a inúmeras circunstâncias: o valor do aluguel (ou fim dele), a proximidade do trabalho, dos parentes e de serviços urbanos, bem como a relação com a vizinhança. Entretanto, o desemprego, a pobreza e os filhos também são motivações para as ocupações de terrenos:

A história dos invasores da rua Porfírio Sampaio é a mesma de tantos outros que têm patrocinado invasores em pontos distintos da cidade. Alguns estão no local porque simplesmente não têm onde morar, enquanto a grande maioria alega mesmo falta de condições para continuar pagando aluguel. Entre as famílias, 200 crianças, algumas delas com poucos meses de nascidas, aparecem como as maiores vítimas [...] ‘preciso erguer minha casinha aqui porque é um terreno público e já fiz de tudo para ter um abrigo com meus filhos’ [...] (O POVO, 09/07/1987, p. 5).

Os sujeitos constroem espacialidades através de seus valores e sensibilidades enredados em tensões sociais, isto é, a construção dos espaços é fruto das interações sociais e das relações de poder. Segundo Arrais (2004, p. 18), “[...] o espaço é a instância em que os grupos sociais edificam obras materiais e inscrevem uma ordem simbólica [...]”. Certeau (2014), também salienta que o “[...] o espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...]” (p. 184) e, conclui, “[...] o espaço é um lugar praticado [...]” (p. 184). Quando um indivíduo ou uma família decidiu ocupar um lugar vazio na cidade de Fortaleza para fazer “um barraco”, ele não construiu apenas uma estrutura material, seus anseios, seus valores, a proteção de seus bens e de seus entes, também faziam parte do local.

Ainda que a FBFF mantivesse o movimento de reivindicação contra a remoção, a Prefeitura de Fortaleza e o Governo do Estado do Ceará promoveram o despejo de muitas comunidades durante toda década de 1980. A prática de expulsar pessoas ou de removê-las não eram vistas apenas em casos de ocupações recentes, mas também em situações de áreas instaladas há mais de vinte anos, mesmo que houvesse resistências. Desse modo, o discurso de que “[...] a permanência das populações moradoras em aglomerados de sub-habitações, no local onde se alocaram, ou no máximo, a relocação para áreas próximas [...]” (CEARÁ, 1980, p. 12), fosse uma das ações fundamentais da PROAFA, não refletiu a realidade, pois nem todas as comunidades, mesmo com todo o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

movimento de resistência, continuaram em seus espaços de origem ou foram, imediatamente, atendidas as suas reivindicações por melhoramentos urbanos.

REFERÊNCIAS:

ANTERO, Luiz C. H. **Ideologia, divisão do trabalho e habitação popular: a intervenção do estado e o processo da luta pela superação da dominação**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1984.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLHC/USP, 2004.

BARROS, Angerlânia C. **Retirar, afastar e esconder: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

_____. **Conjunto São Miguel: uma história de luta pelo direito à cidade (1978-1980)**. *Revista Caminhos Da História*, Montes Claros, vol. 23, n. 2, 2020. p. 49-75.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

BERNAL, Maria Cleide C. **A Metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S. A., 2004.

BRANDÃO, Fátima R. L. **A elaboração do saber nas lutas pela moradia – um estudo sobre ocupações de terrenos em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

CEARÁ, Governo do Estado. **Fundação Programa de Assistência às favelas da Região Metropolitana de Fortaleza**. Secretaria do Planejamento e Coordenação. Fortaleza, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

MONTEIRO, Thiago N. **“Como pode um povo vivo viver nesta carestia”**: o Movimento do Custo de Vida em São Paulo (1973-1982). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MOTA, João Nogueira. **Fundação do Serviço Social de Fortaleza**: dezoito anos de Política Social. Fortaleza, 1982.

_____. **Últimas Palavras**: homenagem póstuma a Aldaci Barbosa Mota. Fortaleza, 1979.

PEREIRA, Rita Emídio. **Rita Emídio Pereira**: depoimento [set. 2019]. Entrevistadora: Angerlânia da Costa Barros. Fortaleza: 2019. Arquivo em MP4.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Experiência vitoriosa de desfavelamento**: Conjunto Alvorada e Marechal Rondon. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1974?.

_____. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza**: estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973.

_____. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Fortaleza (PLANDIRF)**. Fortaleza, 1972.

RIOS, Kênia S. **Engenhos da memória**: narrativas da seca no Ceará. Fortaleza: EDUFCE, 2012.

_____. **Campos de Concentração no Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse e LÜCHMANN, Ligia Helena H. (Orgs.). **Movimentos sociais e participação**: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SILVA, Raimunda Chaves da Silva, **Raimunda Chaves da Silva**: depoimento [set. 2019]. Entrevistadora: Angerlânia da Costa Barros. Fortaleza: 2019. Arquivo em MP4.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.